

## CONFERÊNCIA

### **O CERRADO NUMA PERSPECTIVA ECO-SOCIAL<sup>1</sup>**

Donald Sawyer<sup>2</sup>

#### **Introdução**

Agradeço o convite do Projeto SINBIOTEK e da UFG e seus diversos parceiros para tratar de um assunto tão instigante quanto “Apropriação do território e dinâmicas socioambientais no Cerrado: biodiversidade, biotecnologia e saberes locais.”

Minha trajetória no Brasil começou em Goiás, onde fiz monografia sobre a Belém-Brasília e morei quase dois anos em Porangatu. Depois do doutorado em Sociologia, morei 15 anos em Belo Horizonte e moro há 20 anos em Brasília. O foco do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) e diversos projetos que coordeno ou coordenei é o Cerrado. Trabalho há anos sobre a Amazônia também. Me especializei em fronteiras.

Mesmo assim, quem sou eu para falar sobre temas tão amplos e complexos? Talvez tenha pelo menos um olho. Vou adiante com esta pretensão, buscando colocar o Cerrado no contexto mais amplo em termos ecológicos e sociais.

Baseado em minha experiência, como também na visão que temos dos desafios do século XXI onde sou professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), na capital federal, bem como os desafios na arena internacional, pretendo levantar algumas questões para reflexão.

Registro minha enorme satisfação que o Cerrado está começando a ganhar visibilidade nacional e internacional. Até agora, tem sido completamente desconhecido, ou então se dá graças a Deus que o desmatamento não está ocorrendo na Amazônia. Isto tem que mudar.

---

<sup>1</sup> Versão ampliada e revista da Conferência de Abertura do Simpósio Internacional sobre Saberes Tradicionais, Biodiversidade e Dinâmicas Territoriais (SINBIOTEK), realizado pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Goiânia, 3 a 5 de novembro de 2010.

<sup>2</sup> Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e Assessor do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Este trabalho foi realizado com apoio da União Européia, por meio do projeto “Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras: Meios de Vida Sustentáveis em Paisagens Produtivas” (FLORELOS), entre outras fontes, mas não representa seus pontos de vista, sendo de responsabilidade exclusiva do autor.

Não ser uma floresta alta e densa, com troncos retos, levou a preconceito contra as savanas. Chegamos a sacrificar o Cerrado para (supostamente) salvar a Amazônia. Neste sentido, governos, outros países, empresas, ONGs e a opinião pública convergem. É um equívoco monumental.

Estão surgindo alguns sinais de mudança. Agora, no Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, o Cerrado faz parte das metas de redução de emissões brasileiras, junto com a Amazônia. Reduzir o desmatamento em 40% no Cerrado é menos que 80% na Amazônia, mas ainda é muito, e deverá se mais difícil. Surgiu também um Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado). Mesmo assim, só se pensa em desmatamento zero para a Amazônia. Lá a Reserva Legal é de 80%. Aqui é de 20% ou 35%. Não dá para explicar esta diferença em termos técnicos. Não defendo os percentuais, mas apenas critico a diferença no tratamento.

O que podemos fazer? Baseado em que conhecimento? Já existe esse conhecimento ou ainda falta gerar? Catherine Aubertin vem contribuindo há anos para o conhecimento do Cerrado no Brasil e na Europa, junto com seus colegas franceses. Estas conexões francesas estão em Goiás, que está no coração do Cerrado. Isto significa uma oportunidade e um dever para Goiás.

Aqui na parte meridional do Cerrado os impactos são intensos. Na outra ponta, MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) é o palco da nova expansão e da destruição. Esta parte não pode ser esquecida. O Cerrado se estende pelo Tocantins, pelos dois Matos Grossos, até São Paulo, além de Roraima e Amapá. Os cerrados são diversos, mas têm muito em comum. A partir de Brasília e Goiânia, temos que ver o Cerrado como um todo, ainda que o conceito de “bioma” seja difícil, dadas as transições, interpenetrações, descontinuidades e diversidades de recortes em termos ambientais, sociais, econômicas e políticas.

A identidade do Cerrado ainda tem que ser construída. Seria ou será uma região? Um território? Ou muitos? Bertha Becker vai poder dizer, no final deste simpósio. Seja como for, tenho certeza, há muito dinamismo territorial, sem nada estanque.

Vou ousar falar sobre Cerrado, fronteiras, agroextrativismo, agronegócio, paisagens produtivas sustentáveis e, concluindo, apontar algumas das oportunidades de sustentabilidade.

## Fronteiras

Até quando cheguei ao Brasil, no final da década de 1960, o Cerrado era uma parte do sertão do Brasil. Poderia ser “Brazilian back country”, ou BBC, junto com a Caatinga e a Amazônia. A identidade era sertaneja. As fronteiras agrícolas ao longo do tempo introduziram diferenciações internas neste sertão.

A primeira grande fronteira agrícola no Brasil, a fronteira do café que saiu de São Paulo e se estendeu pelo norte do Paraná, foi de pequena produção mercantil para a exportação. No período de substituição de importações, em meados do século passado, o Cerrado também tornou-se uma fronteira agrícola, um espaço alternativo para o novo campesinato, que combinava mão-de-obra de população excedente com terra abundante, em diversas frentes camponesas, que produziam mercadorias para o mercado interno.

Esse campesinato não era exatamente um setor atrasado, desligado do capitalismo, mas produto dele. Como Chico de Oliveira interpretou em seu artigo clássico “Crítica à razão dualista”, havia uma integração quase funcionalista, ou para outros, uma articulação de modos de produção. Não eram mais dois Brasis.

A pequena produção mercantil da agricultura familiar na fronteira abastecia as cidades com alimento, principalmente arroz, e fornecia matéria prima para a indústria. A venda da mercadoria permitia comprar painéis de alumínio, rádios, roupas e sandálias havaianas, compondo um modesto mercado consumidor para a crescente indústria brasileira.

Foi uma busca de terra, muitas vezes uma luta pela terra, como meio de ter autonomia, sem patrão. Uma vez que os trabalhadores conseguiram acesso a meios de produção, foi um processo contrário à proletarianização, no sentido oposto. A partir dos anos setenta, estendeu-se para a Amazônia.

Nos últimos anos, neste século, vem ocorrendo algo muito diferente. Hoje o povo rural da fronteira vai ao supermercado comprar arroz Tio João do Rio Grande do Sul e hortifrutigranjeiros do CEASA em São Paulo. Também compra produtos industrializados *made in China*. Como? Não é exatamente produção, nem proletarianização.

O dinheiro para estas compras não vem da produção ou da venda da força de trabalho aos donos dos meios de produção, mas em grande parte da transferência de renda, por meio da aposentadoria rural e agora do Programa Bolsa Família. Vem também dos investimentos públicos em obras e pagamento a funcionários. Cada vez mais vem do trabalho do homem ou outros membros da família na cidade, muitas vezes no serviço público. Vem da pluriatividade dentro e fora da agricultura. Às vezes vem do arrendamento ou da venda de terra recebida gratuitamente do governo ou de sistemas de meia.

Além de alimentos comprados e produtos manufaturados baratos, os novos padrões de consumo da população rural incluem bens duráveis tais como motocicletas, luz elétrica, televisão, celular e outras coisas mais, até internet. Não são luxos, mas necessidades. Implicam pagar prestações e contas mensais, o ano todo.

Os meios de comunicação modernos ligam o global e o local. Esta facilidade de comunicação apaga ou viabiliza os laços familiares e comunitários, as identidades locais e os saberes tradicionais? Esta questão merece ser pesquisada, como vem sendo feito no IESA.

Neste novo contexto, o boi está migrando e se reproduzindo muito mais que as pessoas. A pecuária avança sobre a floresta. As roças se transformam em pastos, com produtividade muito baixa, cada vez menor. Ocorre mais especulação que produção, sem falar em atividades menos lícitas tais como crédito desviado, evasão fiscal, madeira ilegal e crédito desviado. Que agronegócio é esse?

A produção agrícola propriamente dita – principalmente de soja, cana e algodão – se concentra em áreas com melhor infra-estrutura, proximidade do mercado e acesso a serviços, bem como melhores condições ecológicas, na fronteira próxima, no Cerrado. Esta produção é empresarial, patronal, mas sem muitos empregados, a não ser temporariamente no corte da cana, por enquanto.

A fronteira distante, na Amazônia, fica para a conservação, a pecuária e os povos e comunidades indígenas e tradicionais. É sua nova inserção nacional e global, não mais como fornecedor de matérias primas com características físicas e químicas específicas que só a natureza oferece, como no caso emblemático da borracha.

Isso pode ser considerado refluxo, em contraposição à expansão constante de fronteira. Em vez de penetração da produção capitalista, houve uma virada. Explica-se em termos estruturais, como consequência do progresso técnico, que cada vez mais dispensa a periferia e reforça a auto-suficiência dos países e regiões centrais. O que avança é a penetração do consumo.

Hoje parece que a luta pela terra está se esvaziando. Neste século, a luta é por dinheiro e direitos, por cidadania no campo. Esta cidadania depende de dinheiro. A inclusão social se realiza via dinheiro público em vez de terra para produção. A terra é vista como ativo, patrimônio para guardar, alugar ou eventualmente vender. Não é utilizada mais como meio de vida, a não ser de forma complementar.

Houve uma inversão da relação econômica entre centro e periferia. Dentro do país, a cidadania e os direitos associados implicam que o centro nacional paga a conta de sustentar a periferia. A garantia dos direitos econômicos e sociais implica custos aos cofres públicos. Também implica dependência destes cofres nacionais, qualificando o projeto original de autonomia. Internacionalmente, os países do Norte nada pagam. Não existe mais a mesma dependência teorizada nos anos sessenta.

## **Agroextrativismo**

Em alguns casos, o extrativismo vegetal e o agroextrativismo persistem como tradições, com seus saberes. Em outros, surgem como novas alternativas, para atender um mercado consumidor urbano crescente, majoritário. Ainda que pequenos no conjunto da economia, esses nichos de mercado fazem muita diferença para as comunidades locais de baixa renda.

Todos os agricultores familiares fazem uso direto da natureza para alimento, remédio, lenha ou carvão e material de construção. A natureza é uma fonte significativa

de renda não monetária. Não há extrativismo sem agricultura familiar, nem vice-versa. Para ter escala suficiente para vender no mercado, os agroextrativistas precisam de acesso a terras públicas e de terceiros, não apenas a pequenos lotes em assentamentos.

O Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores (AGROTEC) em Diorama, aqui em Goiás, teve papel pioneiro em diversas frentes de desenvolvimento de tecnologia: plantas medicinais, desidratação solar, criação de animais silvestres e resgate do baru, produto antigo com novos usos, com apoio do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS), financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

No entanto, os saberes tradicionais – que segundo a Convenção de Diversidade Biológica incluem inovações tecnológicas – estão sendo reprimidos. Os agroextrativistas dificilmente conseguem cumprir as normas de todos os tipos, que pressupõem modernidade e capital. Os laboratórios de fitoterápicos em Diorama, Mineiros e Rio Verde foram fechados pela vigilância sanitária. Os inúmeros entraves regulatórios, desde fiscais e tributários até entraves trabalhistas e previdenciários, inviabilizam o uso sustentável da biodiversidade e sua comercialização. Até os regulamentos ambientais distantes da realidade são contraproducentes.

A biotecnologia moderna pode encontrar novos usos da biodiversidade, mas por si só não gera muito emprego e renda. O uso sustentável dos recursos biológicos em si, não apenas seus códigos genéticos, pode sim gerar benefícios amplos, se forem superados os entraves burocráticos.

A certificação socioambiental aparece como uma saída. Sem dúvida, tem boas intenções, mas acaba sendo apenas pontual, tornando-se um mecanismo de exclusão, sem gerar benefícios sociais ou ambientais amplos.

A repartição de benefícios da biodiversidade tende a privatizar o conhecimento tradicional na medida em que particulariza, para uma comunidade onde ocorreu o acesso, algo que é comum a milhares de pessoas em vastos territórios.

## **Agronegócio**

Desde minha pesquisa na Belém-Brasília, bem como pesquisas posteriores no Pará, Acre e Rondônia, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, o latifúndio, que era considerado obstáculo ao desenvolvimento, modernizou, ao menos alguns latifúndios, para alguns produtos, que exigem escala e capital. A modernização era conservadora, mas aumentou em muito a produtividade e a produção.

Houve expansão da área, mas em ritmo cada vez menor, devido ao progresso técnico. Hoje seria possível aumentar a produção sem abrir novas áreas, aproveitando as pastagens, as quais têm baixíssima produtividade. Mesmo os órgãos de classe e defensores do agronegócio dizem que não seria necessário desmatar mais nada. Pretendem até mesmo diminuir a área total da pecuária. Apenas o agricultor familiar precisa desmatar, um pouco, ou seja, abrir roça, para comer. Temos que diferenciar

estas realidades sociais, sem proibir totalmente a abertura de roças enquanto não existirem condições suficientes.

Sabe-se que o Brasil depende do agronegócio para suas exportações. É menos evidente que depende do agronegócio para gerar arrecadação, ao menos os impostos pagos por fornecedores e funcionários na cadeia produtiva toda, mesmo que algumas empresas gozem de incentivos. Este dinheiro é necessário para sustentar a população pobre no campo e na cidade.

Assim, a problemática daqui para frente é de como conter e conviver com o agronegócio, que deve parar de desmatar, além de reduzir a erosão, a poluição e as emissões, mas continuar gerando riqueza a ser redistribuída pelo Estado segundo critérios de direitos humanos e de cidadania.

### **Paisagens Produtivas Sustentáveis**

O Cerrado é vital para o Brasil e todos os outros biomas, por causa de: a) água, b) biodiversidade, c) carbono e chuvas (desdobrando o C deste A, B e C). São muito importantes:

1. A riqueza, sem igual no mundo, da sociobiodiversidade do Cerrado, bem como o valor estratégico de seus recursos genéticos, especialmente no contexto do aquecimento global, por causa das características de resistência a estresse térmico e hídrico.
2. O estoque de carbono, menos denso por hectare que na floresta densa, *pero no mucho*, devido às raízes profundas. Grande parte da biomassa é subterrânea. O desmatamento continua duas ou três vezes maior que na Amazônia. Além disso, há que se considerar o uso posterior: o gado emite metano e os cultivos emitem óxido nitroso, potentes gases de efeito estufa. O ciclo de vida a montante e a jusante, em escala global, envolve muita indústria e transporte. Hoje, portanto, as emissões do Cerrado são iguais ou maiores do que da Amazônia.
3. A água superficial que circula no bioma e sai do “berço das águas” para alimentar as bacias do Paraná, do São Francisco e das afluentes da margem direita do Amazonas, em outros biomas.
4. A água atmosférica, os chamados “rios voadores”, que levam chuvas da Amazônia para as regiões Sudeste e Sul e para países vizinhos. Esta circulação continental depende da evapotranspiração da vegetação da floresta e dos cerrados. Também seria fundamental evitar o escoamento superficial acelerado pelo desmatamento, acentuando a vazão dos rios, com enchentes durante parte do ano e falta de água na outra.

Estas funções ecológicas são interdependentes e exigem escala de milhões de quilômetros quadrados. Sem elas, pode faltar água para consumo, para agricultura e

para geração de energia hidrelétrica. Uma redução pequena pode ser fatal para o Brasil. Se a precipitação no norte de São Paulo, que é por volta de 1400 mm, cair 20%, não haverá o mínimo de 1200 mm necessários para a cana. Vazão baixa também pode aumentar a concentração da poluição dos rios ao ponto de matar todos os peixes. Apagões por causa de reservatórios baixos no período seco seriam catástrofes. As conseqüências seriam econômicas e políticas. Seriam graves.

A conservação na escala necessária teria que incluir as áreas antropizadas, na metade do Cerrado remanescente (um milhão de quilômetros quadrados) que abriga a agricultura familiar, os assentamentos rurais e os povos e comunidades indígenas e tradicionais. A grande novidade poderia ser a compensação pelos serviços ambientais prestados, incluindo, mas não se restringindo, a justificativa de políticas e programas a razões sociais, como foi o argumento a favor da reforma agrária depois da modernização da agricultura. O ambiente pode ser a nova justificativa de apoio público ao setor informal no campo, especialmente quando está sujeito a restrições ambientais quanto a corte e queima e uso dos recursos naturais.

As unidades de conservação por si só seriam insuficientes e até mesmo contraproducentes. Poucas unidades de conservação pouco resolvem, enquanto muitas implicam vazamento e aceleram o desmatamento na área restante. No Cerrado, não são viáveis em termos econômicos. A meta de 17% prevista em Nagoya seria impossível onde o ponto de partida é 2% e as terras são (supostamente) privadas e caras. A meta teria que ser vista no contexto dos 50% do Cerrado remanescentes, para que não sejam detonadas.

## Conclusões

Neste contexto, torna-se imperativo entender os processos históricos e as tendências novas, com diferenças espaciais. O enfoque histórico-estrutural deve incorporar meio ambiente. Precisamos de uma visão ecossistêmica, socioecossistêmica, ecossocial. Por isso o título desta apresentação. Só assim haverá sustentabilidade.

Na área científica, o desafio é integrar as ciências sociais e naturais. Não se trata de interdisciplinaridade sem disciplina, mas de complementaridade e diálogo entre perspectivas e métodos diferentes.

Também persiste o desafio da integração entre pesquisadores e deles com a prática, seja a prática do governo ou das ONGs. As ONGs no Brasil, com cada vez menos apoio externo e interno, estão correndo risco de extinção. Apesar das dificuldades de se relacionar com o mundo rural, a academia ganha importância e responsabilidade.

Em termos de políticas públicas, existem possibilidades criativas interessantes, entre as quais podem ser destacadas seis:

1. Tecnologia capaz de aumentar a produtividade e a sustentabilidade nas áreas já desmatadas, a custos acessíveis, e baratear a recuperação de áreas degradadas.

2. Revisão de marcos regulatórios que inviabilizam a comercialização dos produtos de agricultura familiar e do agroextrativismo.
3. ICMS Ecológico e fundos de participação de estados e municípios ecológicos considerando a cobertura original ou restaurada no município todo em vez de contar apenas unidades de conservação e aterros sanitários.
4. Exportações de carne e soja livres de desmatamento recente, o que seria uma grande vantagem competitiva para o Brasil e um trunfo político global.
5. Reforma agrária garantindo acesso a recursos naturais, por meio de contratos coletivos com proprietários, não apenas a distribuição de pequenos lotes de terra.
6. Compensação em dobro de Reserva Legal em outros estados, onde a terra é muito mais barata, deixando a agricultura moderna onde funciona melhor, em vez de aplicar uma lei mal pensada e empurrar os pastos para a fronteira distante.

Muito obrigado! Estou a disposição para esclarecer essas ousadas ou acrescentar outras.

Recebido para publicação em dezembro de 2010

Aprovado para publicação em dezembro de 2010